

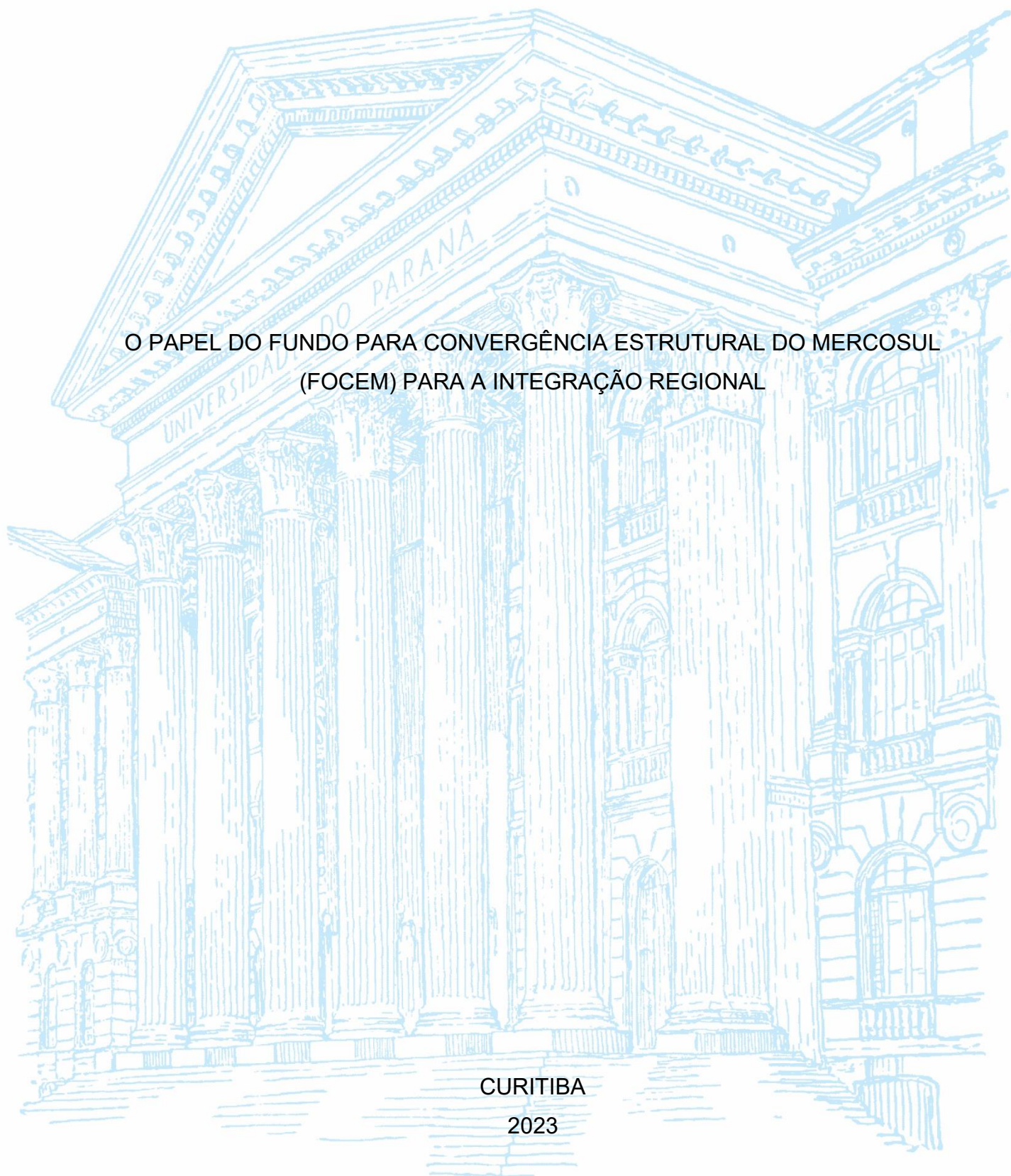
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZA HELENA MACHADO ARGENTA

O PAPEL DO FUNDO PARA CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL  
(FOCEM) PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL

CURITIBA

2023



LUIZA HELENA MACHADO ARGENTA

O PAPEL DO FUNDO PARA CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL  
(FOCEM) PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Wellington da Silva Pereira

CURITIBA

2023

## TERMO DE APROVAÇÃO

LUIZA HELENA MACHADO ARGENTA

### O PAPEL DO FUNDO PARA CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL (FOCEM) PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

---

Prof. Dr. Wellington da Silva Pereira

Orientador – Departamento de Economia, UFPR

---

Prof(a). Dr(a). Larissa Naves de Deus Dornelas

Departamento de Economia, UFPR

---

Prof. Dr. Vinicius de Almeida Vale

Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 27 de novembro de 2023.

## RESUMO

As mudanças geopolíticas e econômicas globais enfatizam a existência de organizações internacionais e a formação de integrações regionais, as quais tendem a contribuir para a cooperação econômica e desenvolvimento de países. O MERCOSUL é um exemplo de integração regional marcado por conquistas comerciais e sociais, embora com desafios relacionados às assimetrias entre seus membros. Para reduzir esse problema, o bloco criou em 2004 o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), o qual financia projetos por meio de contribuições proporcionais ao tamanho das economias dos Estados Partes. O presente trabalho buscou explicar a história e estrutura do Fundo, bem como seus impactos e a posição brasileira. Para tanto, utilizou-se de pesquisas bibliográficas e a análise dos resultados dos projetos. O Paraguai e o Uruguai são os países com mais projetos e resultados, o Brasil é o maior contribuinte. Todos os 23 projetos com resultados oficiais observados foram classificados como satisfatórios, desse modo o FOCEM tem sido um mecanismo de suporte para a coesão estrutural do MERCOSUL. Contudo, verificou-se uma falta de novos resultados publicados a partir de 2015, quando o Fundo foi renovado, o que pode gerar incerteza sobre seu futuro.

Palavras-chave: Integração Regional. MERCOSUL. FOCEM. Cooperação econômica.

## **ABSTRACT**

Global geopolitical and economic changes emphasize the existence of international organizations and the establishment of regional integrations, which contribute to countries' economic cooperation and development. MERCOSUR is an example of regional integration marked by commercial and social achievements, albeit with challenges related to asymmetries between its members. To reduce this problem, the bloc created the MERCOSUR Structural Convergence Fund (FOCEM) in 2004, which finances projects through contributions proportional to the size of the member states' economies. This paper sought to explain the story and structure of the Fund, its impacts, and Brazil's position. To this end, it used bibliographical research and an analysis of project results. Paraguay and Uruguay are the countries with the most projects and results, while Brazil is the most significant contributor. All 23 projects with official results were classified as fulfilling, and FOCEM has been a support mechanism for MERCOSUR's structural cohesion. However, there has been a lack of new results published since 2015, when the Fund was renewed, which may lead to uncertainty about its future.

Keywords: Regional integration. MERCOSUR. FOCEM. Economic cooperation.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LINHA DO TEMPO DE ALGUMAS INTEGRAÇÕES REGIONAIS..... 19

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO DO MERCOSUL (BILHÕES DE DÓLARES CORRENTES) .....	26
GRÁFICO 2 – CONTRIBUIÇÃO ANUAL AO FOCEM POR PAÍS.....	28
GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FOCEM POR PAÍS.....	29
GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR PROGRAMA DO FOCEM.	30

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PROJETOS FINALIZADOS COM RESULTADOS PUBLICADOS DO PARAGUAI.....	31
QUADRO 2 – PROJETOS FINALIZADOS COM RESULTADOS PUBLICADOS DO URUGUAI.....	32
QUADRO 3 – PROJETOS FINALIZADOS COM RESULTADOS PUBLICADOS DA ARGENTINA .....	32
QUADRO 4 – PROJETOS DO FOCEM VINCULADOS AO BRASIL .....	33

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ADB	- Asian Development Bank
ADF	- Asian Development Fund
AFESD	- Fundo Árabe para Desenvolvimento Social e Econômico
ALADI	- Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	- Associação Latino-Americana de Livre Comércio
APEC	- Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
ASACR	- Associação Sul-Asiática de Cooperação Regional
ASEAN	- Associação dos Estados do Sudeste Asiático
BENELUX	- <i>Belgium, Netherlands, Luxemburg</i>
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRICS	- <i>Brazil, Russia, China, South Africa</i>
CAF	- Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe ou Cooperação Andina de Fomento
CAN	- Comunidade Andina
Carifta	- Associação Caribenha de Livre Comércio
CECA	- Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	- Comunidade Econômica Europeia
Cepal	- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CMC	- Conselho de Mercado Comum
COF	- Convênio de Financiamento
Cofix	- Comissão de Financiamentos Externos
COSIPLAN	- Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
EAC	- Comunidade da África Oriental
Ecowas	- Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
EFTA	- Associação de Livre Comércio Europeia
FEDER	- Fundo de Desenvolvimento Regional Europeu
FOCEM	- Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
FONPLATA	- Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
FUMIN	- Fundo Multilateral de Desenvolvimento
G20	- Grupo dos Vinte
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IIRSA	- Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana

MCCA	- Mercado Comum Centro-Americano
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
MPO	- Ministério do Planejamento e Orçamento
NAFTA	- Tratado de Livre Comércio da América do Norte
NCM	- Nomenclatura Comum para o MERCOSUL
OCDE	- Organização para Cooperação e Desenvolvimento
OI	- Organizações Internacionais
OMC	- Organização Mundial do Comércio
PAC	- Plano de aquisições
PIB	- Produto Interno Bruto
RNB	- Rendimento Nacional Bruto
RTA	- <i>Regional Trade Agreement</i>
SADC	- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
UE	- União Europeia
UMOA	- União Monetária da África Ocidental
UNASUL	- União das Nações Sul-americanas
USMCA	- <i>United States, Mexico, Canada</i>
UTF	- Unidade Técnica FOCEM
UTNF	- Unidade Técnica Nacional FOCEM
WBIF	- Estrutura de Investimento dos Balcãs Ocidentais

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>UMA DISCUSSÃO SOBRE O PAPEL DAS INTEGRAÇÕES REGIONAIS NA PROMOÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL.....</b>	<b>13</b>
2.1	HISTÓRICO E O FUNCIONAMENTO DAS INTEGRAÇÕES REGIONAIS..	15
2.1.1	Fundos de convergência pelo mundo.....	20
<b>3</b>	<b>HISTÓRIA E O FUNCIONAMENTO DO MERCOSUL E DO FOCEM .....</b>	<b>23</b>
3.1	FUNDAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E DESAFIOS DO MERCOSUL.....	22
3.2	SURGIMENTO DO FOCEM, CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS .....	26
<b>4</b>	<b>OS PROJETOS FINANCIADOS PELO FOCEM E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL.....</b>	<b>31</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>37</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os impactos e a importância de integrações regionais são extensamente documentados na academia (VINER, 1950; BALASSA, 1961; RUIZ, 2018; BUTORINA; BORKO, 2022), seu objetivo principal costuma ser o desenvolvimento dos países participantes que, por sua vez, pode englobar aspectos estruturais, políticos e sociais. Sua concepção depende de fatores governamentais, econômicos e jurídicos.

São os diferentes níveis das integrações que ditam os propósitos a serem alcançados e os nomes recebidos, sendo eles: Zona de livre comércio, União aduaneira, Mercado comum e União Econômica (BALASSA, 1961).

O surgimento de tais integrações e dos blocos econômicos ou comerciais está ligado ao processo de globalização, principalmente em suas fases após a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados passaram a buscar meios de evitar os efeitos destrutivos de desalinhamentos.

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é exemplo de uma integração regional latino-americana. Seus Estados Partes fundadores são Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela se tornou membro pleno a partir de 2012. Contudo, ela foi suspensa do bloco em 2017, devido à situação política do país. Há também países associados, com os quais o MERCOSUL aprova acordos de livre comércio e em alguns casos até aceita como convidados em reuniões internas, quando têm interesses comuns, este é o caso do Chile, Peru, Equador e Colômbia (MERCOSUL, 2023b).

O MERCOSUL foi criado em 1991, porém, mesmo depois de pouco mais de 30 anos, não é considerado um Mercado Comum efetivo. As fases de integração já completas são apenas a eliminação de tarifas alfandegárias e a criação da Tarifa Externa Comum (TEC), sendo assim uma união aduaneira (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023).

Está entre seus objetivos a livre circulação de bens e serviços, assim como a harmonização de políticas macroeconômicas e legislações em certas áreas. Entretanto, sabe-se que as metas anteriores ainda não foram concretizadas. Soma-se o desafio de lidar com as assimetrias dos países membros, ligadas por exemplo ao Produto Interno Bruto (PIB), industrialização, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e tributação.

Diante do exposto, nota-se que o MERCOSUL é relevante para seus membros por permitir facilitações comerciais e proximidades diplomáticas. Contudo, ainda enfrenta desafios expressivos principalmente relacionados à infraestrutura.

Nesse sentido, em 2004 foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). É o primeiro mecanismo de financiamento próprio do bloco, em que as maiores economias contribuem com maiores valores e as menores economias recebem maior ajuda. O Brasil é o que mais contribui para o fundo, já o Paraguai é o que mais recebe (FOCEM, 2023c).

Os projetos podem ser para um único país ou pluriestatais. Ao serem indicados, passam por rigorosas avaliações e para sua aprovação precisam promover um dos seguintes critérios: Convergência Estrutural; Desenvolvimento da Competitividade; Coesão Social; Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração (FOCEM, 2023c).

As avaliações oficiais, até o momento, indicam um bom funcionamento do Fundo. Em 2015, aprovou-se a renovação de suas atividades por mais 10 anos (FOCEM, 2023c). No presente momento, outubro de 2023, o ano de reavaliação está mais próximo, e surge o questionamento sobre os resultados dos projetos.

A escolha do tema de pesquisa recai sobre o interesse em compreender o cenário geoeconômico e geopolítico no qual o Brasil está inserido, bem como seus efeitos práticos para a sociedade.

Os contextos recentes da guerra comercial/tecnológica entre Estados Unidos e China, a COVID-19 e a Guerra entre Rússia e Ucrânia contribuíram para o maior destaque midiático das relações econômicas internacionais, proporcionando discussões sobre as funções de diferentes organizações internacionais, as mudanças comerciais e a necessidade de cooperação para assuntos que não se restringem as fronteiras políticas dos países.

Os efeitos de tais eventos conseguem alcançar quase todo o mundo em grande parte devido a globalização. Um processo que não é novo e tende a se manter, considerando a necessidade de conexões entre os países e falta de uma alternativa realista ao sistema, como argumenta Milanovic (2016). Dessa forma, mesmo em um mundo em constante transformações, o horizonte parece ser de manutenção das necessidades de interconexões, busca por recursos e desenvolvimento dos países. Rodrik (2017) adiciona outro ponto importante, possivelmente um dos grandes

desafios atuais seja encontrar o equilíbrio entre abertura e integração econômica global e garantir os interesses e políticas nacionais.

Estudar com mais detalhe o MERCOSUL, seus desafios relacionados aos diferentes perfis de desenvolvimento entre e intra membros e suas próprias alternativas de solução como o FOCEM, ajuda a situar a posição brasileira internacional e compreender as escolhas de políticas a serem seguidas.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar a construção e discutir as implicações do FOCEM como instrumento de integração regional, destacando a situação brasileira.

Os objetivos específicos são: discutir o papel das integrações regionais na facilitação do comércio internacional e desenvolvimento econômico; descrever a história e o funcionamento do MERCOSUL e do FOCEM; identificar e apresentar os projetos financiados pelo FOCEM que tenham contribuído para a integração regional.

O foco neste trabalho são os impactos relacionados à intensificação do comércio intrarregional, apresentando a construção e discutindo as implicações do FOCEM na integração regional. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica. Ele está dividido em quatro capítulos. O primeiro refere-se a essa introdução. O segundo aborda questões sobre o conceito, a história e exemplos de integrações regionais. O terceiro capítulo explica com mais detalhe a criação e funcionamento do MERCOSUL e do FOCEM. Por fim, o quarto capítulo foca nos projetos financiados pelo FOCEM e apresenta suas contribuições para a integração regional.

## **2 UMA DISCUSSÃO SOBRE O PAPEL DAS INTEGRAÇÕES REGIONAIS NA PROMOÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL**

Os estudos sobre integrações regionais envolvem profissionais de diferentes áreas como da economia, ciência política, geografia, sociologia, história, direito e das relações internacionais. Esse caráter multidisciplinar pode tornar as discussões sobre o tema mais ricas e mais complexas. A começar pela própria definição do termo “integração regional”, que muitas vezes é imprecisa e misturada com outros como “regionalismo”.

Richard (2014) sistematiza tais problemas de definição entre as disciplinas e sugere os seguintes conceitos: o regionalismo corresponde a uma estratégia normalmente liderada por Estados que visa uma cooperação política e econômica. Já a integração regional é o processo de formação de um grupo de países, podendo ter dois tipos: “formal”, caracterizada por um acordo regional; e “funcional”, em que os territórios se integram para além de acordos. Segundo o autor, para evitar ambiguidades, o ideal seria usar o termo “integração regional” apenas para os casos “funcionais”.

Na economia, a ideia de “integração regional” está mais associada ao tipo “formal”, na compreensão de que Estados podem querer estar, ou já estão, em um mesmo espaço econômico por meio de assinaturas de acordos regionais internacionais. Isso implica na “integração” como um avanço de etapas na escala do regionalismo, um fortalecimento de cooperação econômica, podendo chegar até uma unificação (RICHARD, 2014).

A formalização dos níveis de integração é atribuída a Balassa (1961):

- I. Zona de livre comércio: busca reduzir e/ou eliminar tarifas alfandegárias;
- II. União aduaneira: criação de uma tarifa externa comum, com a sigla TEC, e a inexistência de fronteiras aduaneiras entre os membros;
- III. Mercado comum: além das características dos estágios anteriores, há a livre circulação de capital, serviços e pessoas;
- IV. União Econômica: adoção de uma mesma política econômica e moeda comum.

O ponto de divergência entre os economistas, costuma ser na medida em que acordos regionais são benéficos ou não para o comércio internacional e desenvolvimento, por exemplo (RICHARD, 2014).

Mais especificamente, na Economia Internacional, uma das maiores preocupações é compreender os ganhos do comércio. Desde o século XIX, estudiosos teorizam os padrões que envolvem essas trocas internacionais. Porém, é a partir da metade do século XX que se intensificaram as discussões a esse respeito, seguindo avanços tecnológicos que aproximaram ainda mais o mundo.

Entre as décadas de 1980 e 1990, os Estados Unidos passaram a conduzir e incentivar políticas de livre comércio e concordaram com o estabelecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC, ou no inglês WTO). Esse foi um importante passo que marca um voto de confiança no multilateralismo, em um contexto de fim da Guerra Fria e abertura de novos mercados mundialmente (LUZ, 2011).

Dessa forma, cabe destacar que o comércio internacional funciona a partir de regras e acordos entre as partes envolvidas. A OMC é o órgão que representa tais decisões, as quais são compreendidas como facilitadoras do comércio, ela também as fiscaliza e monitora via *Regional Trade Agreements Database (RTA database)*. Além disso, está em seus objetivos ajudar seus membros a usar o comércio como meio para aumentar a qualidade de vida das pessoas (WTO, 2023).

Prevalece sobre o *mainstream* econômico o entendimento de que o comércio é bom para as nações. Entretanto, como mencionado anteriormente, o que gera discordância é a quantidade dele. A discussão entre “livre comércio versus protecionismo” é antiga, e do mesmo modo que se tem observado ganhadores com o comércio, também existem perdedores, como no caso de setores específicos dentro de um país (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

Frenkel e Romer (1999) examinaram a relação entre comércio internacional e renda. Os resultados dos testes econométricos indicaram que o comércio realmente leva a um aumento de renda ao impulsionar acúmulo de capital e aumento de produção. Os autores consideram a renda como indicador de crescimento e desenvolvimento, sendo assim o comércio um estimulador desses últimos.

Verhoogen (2008) propôs um mecanismo que relaciona comércio com a desigualdade salarial em países em desenvolvimento. Seu estudo avaliou o setor manufatureiro do México. Os resultados encontrados apoiaram a hipótese de que a melhoria na qualidade de um produto induzida por um choque na taxa de câmbio leva

a desigualdades salariais dentro de um mesmo setor. Esse trabalho apresenta uma dimensão dos ganhadores e perdedores do comércio internacional.

Como destacado por Rodrik (2017), a dicotomia entre “livre comércio” e “protecionismo” acabou por inibir por muito tempo as críticas ao sistema comercial global, regido predominantemente pelo livre comércio e ao seu estímulo. Uma liberalização comercial irrestrita não é solução para os problemas de um país, tampouco leva diretamente a um crescimento econômico. O conjunto de políticas nacionais, boas instituições e capacidade de aproveitar os ganhos de comércio são mais importantes para o desenvolvimento e crescimento econômico. As políticas comerciais fazem parte desse processo desde que sejam adaptáveis ao contexto analisado.

Na América Latina, a ideia de promover uma integração regional parece existir desde a independência de seus países, mas só ganhou proeminência nos anos 1960. O contexto ainda era de pós-guerra, os países dessa região precisavam superar suas limitações estruturais via industrialização. A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) compreendia a integração como instrumento para transformar a região (RUIZ, 2018).

## 2.1 HISTÓRICO E O FUNCIONAMENTO DAS INTEGRAÇÕES REGIONAIS

As integrações regionais e a formação de blocos econômicos ganharam mais destaque a partir da metade do século XX, especialmente com o caso da União Europeia, tido como uma referência. Contudo, esse não é um fenômeno apenas europeu, mas global. Entre os anos 1960 e 1970, na América Latina e no Caribe foram criadas a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), a Associação Caribenha de Livre Comércio (Carifta) e a Comunidade Andina (CAN). Na mesma época, na África os exemplos de integrações foram a União Monetária da África Ocidental (UMOA), a Comunidade da África Oriental (EAC) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Ecowas). Na Ásia, em 1967, criou-se a Associação dos Estados do Sudeste Asiático (ASEAN). Nos anos 1980 ocorreram novas iniciativas, como o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Associação Sul-

Asiática de Cooperação Regional (ASACR), a Organização de Cooperação de Shangai e a União Euroasiática (RUIZ, 2018).

Considerando a proeminência da União Europeia enquanto exemplo de integração regional que conseguiu atingir o “estágio” de união política e econômica, é válido resgatar sua história e seus componentes. A formação do que hoje se conhece como a União Europeia começou próximo do fim da Segunda Guerra. Em 1944, surgiu a Benelux, união entre Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo. Inicialmente o seu foco era na redução de barreiras alfandegárias e na livre circulação de bens e pessoas. Essa união política e econômica existe até hoje, trabalhando também em questões ligadas a transportes, energia, desenvolvimento sustentável e cooperações transfronteiriças (BENELUX, 2023)

Em 1951, a fundação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), composta pela Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Alemanha, se tornou um marco para promoção de uma paz mais duradoura entre os países. O tratado assinado por esses seis Estados estabeleceu uma gestão comum para suas indústrias de carvão e aço, impedindo a fabricação de armas e a possibilidade de atacar outro país-membro (UNIÃO EUROPEIA, 2023).

A CECA foi se mostrando um sucesso, fazendo com que seus seis membros passassem a buscar uma cooperação em outros setores econômicos. Desse modo, formalizou-se em 1957 a Comunidade Econômica Europeia (CEE), com o Tratado de Roma. Nesse documento continham as regras de circulação de pessoas, serviços e capital, regras de competição, política econômica e social. Além disso, o Tratado também previa os instrumentos da nova organização, como a assembleia, o conselho, a comissão e a corte de justiça (UNIÃO EUROPEIA, 2023).

Na década de 1960, foi assinado o Tratado de Menger, o qual estabeleceu respectivamente a Comissão Europeia e o Conselho Europeu como único ente administrativo e executivo da CEE. As obrigações alfandegárias de bens importados entre países membros deixaram de existir a partir de 1968, pela primeira vez ocorria o livre comércio transfronteiriço e suas tarifas para importações advindas de países fora da CEE também eram as mesmas. Com essas duas características a CEE passava a ser uma União Aduaneira (UNIÃO EUROPEIA, 2023).

A CEE foi se expandindo pelo continente, e em 1973 a Dinamarca, o Reino Unido e a Irlanda se juntaram à Comunidade. No ano seguinte, visando diminuir as disparidades entre as suas regiões, a CEE criou a Política Regional Europeia e em

1975 o Fundo de Desenvolvimento Regional Europeu (FEDER) (UNIÃO EUROPEIA, 2023).

O tratado criando a União Europeia foi assinado em 1993 em Maastricht, nele abarcavam as regras para a futura moeda comum e as políticas externas e de segurança. Nesse mesmo ano, o Mercado Comum entrou em vigor, com os estabelecimentos da livre circulação de pessoas, bens, serviços e dinheiro. Um ano depois foi criada a Área Econômica Europeia, que estendeu o mercado comum para países de fora da UE, sendo eles a Islândia, Lichtenstein, Noruega e Suíça, que compõem outro grupo chamado Associação de Livre Comércio Europeia (EFTA). Ainda nos anos 1990, foi estabelecido o Acordo de Schengen, que prevê a circulação de pessoas entre países sem a necessidade de checagem de passaporte entre eles. Em 1998, foi criado o Banco Central Europeu e em 1999 a introdução do Euro em 11 países-membros (Dinamarca, Suécia e Reino Unido não aderiram) (UNIÃO EUROPEIA, 2023).

A partir dos anos 2000, a UE cresceu em membros e políticas. Em 2012 foi laureada com o Prêmio Nobel da Paz, pelos esforços em manter e promover a reconciliação, a democracia e os direitos humanos na Europa. Em 2020 ocorreu a oficialização da saída do Reino Unido, dando início a um novo capítulo das relações do país com a UE (UNIÃO EUROPEIA, 2023).

Seguindo na ordem cronológica e passando para exemplos de integração fora da Europa, a fundação da ALALC em 1960 objetivava, em última análise, a criação de um mercado comum na América-Latina. O entendimento era de que com o mercado comum, os países envolvidos estariam alcançando o desenvolvimento econômico e social. Inicialmente foi assinado pela Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, foi ganhando novas aderências com o tempo, com a entrada da Colômbia, Equador, Bolívia e Venezuela (ALADI, 2021).

Depois de duas décadas, os Estados-membros acordaram em modificar o tratado para tornar o processo de integração mais flexível. Assim, foi criada a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) buscando seguir com os trabalhos começados pela ALALC, mas trazendo novos elementos como a facilitação para entrada no grupo e seus cinco princípios: o pluralismo, a convergência, a flexibilidade, os tratamentos diferenciais e a multiplicidade. Indo além dos programas de liberalização do comércio, multilateralidade e reciprocidade (ALADI, 2021).

Almeida (2002) explica que o nível de integração da ALADI não chegou a ser de uma Zona de livre comércio, o que ocorrem são acordos preferenciais entre alguns membros, podendo ser chamado de Zona preferencial de comércio.

A estrutura da ALADI é dividida em três órgãos políticos e um técnico. Os órgãos políticos são: o Conselho dos Ministros das Relações exteriores, a Conferência de avaliação e convergência, e o Comitê de Representantes. Já o órgão técnico é a Secretária-geral (ALADI, 2021).

Trata-se de um bloco que possui uma heterogeneidade expressiva entre seus membros. Não há o preestabelecimento de metas quantitativas a serem alcançadas, mas se mantém o desejo antigo de chegar a níveis mais avançados de integração até um mercado comum (ALADI, 2021).

Outra integração comercial regional que recebe destaque é a ASEAN, fundada em 1967 pela Indonésia, Malásia, Singapura, Filipinas e Tailândia. O documento que a instaura propunha a cooperação entre os membros em âmbitos econômicos, sociais, culturais e como um dos principais objetivos manter a paz e a estabilidade regional (ASEAN, 2020).

Nos anos 1980 e 1990 o Vietnã, Brunei, Myanmar e Cambodia entraram no bloco. Desde então a ASEAN vem se fortalecendo em termos de ações efetivas para seus membros. A Associação possui um Secretariado responsável pela coordenação dos seus outros órgãos e atividades, um Comitê de representantes permanentes de cada Estado-parte e uma Secretaria Nacional, que foca na implementação de decisões do grupo a nível nacional (ASEAN, 2020).

Nesse mesmo período, na América do Norte, foi promulgado o Tratado de Livre Comércio do Atlântico Norte (NAFTA). Seu objetivo foi de eliminar barreiras aos produtos comercializados e originários do Canadá, Estados Unidos e do México. Desde a sua criação, em 1994, a zona de livre comércio foi sendo fortalecida até eliminar completamente tarifas e quotas em 2008 (US DEPARTMENT OF COMMERCE, 2023).

Estava também previsto nesse acordo a oferta de proteção do direito da propriedade intelectual, as cláusulas de compras governamentais estendidas para contratos de serviços e construções a nível federal e o mesmo tratamento para investidores dos três países signatários (US DEPARTMENT OF COMMERCE, 2023).

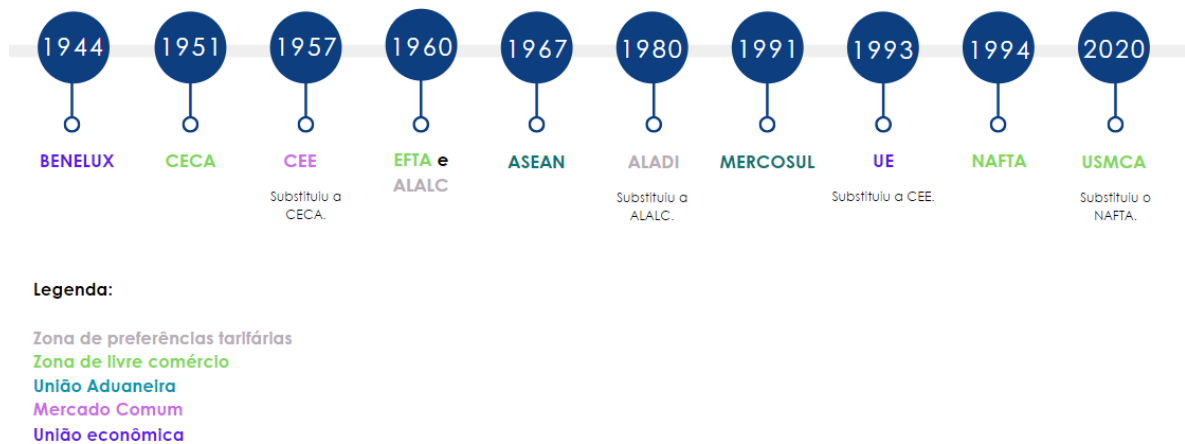
Em julho de 2020, entrou em vigor a “atualização” do NAFTA, o qual passou a ser chamado de USMCA (referente às iniciais dos três países participantes). A

mudança propõe a expansão do comércio e mais benefícios mútuos aos trabalhadores da América do Norte (US DEPARTMENT OF COMMERCE, 2023).

Também criado nos anos 1990, o MERCOSUL representa os esforços de integração regional dos países da América do Sul. Como será mostrado no capítulo seguinte, trata-se de um processo que visa construir um espaço comum com oportunidades de comércio e investimentos de maneira competitiva (MERCOSUL, 2023b).

A figura 1 resume em uma versão de linha do tempo o ano de criação das integrações regionais mencionadas anteriormente. Também traz seus respectivos níveis de integração econômica à la Balassa (1961): zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica. Adicionou-se também o caso da ALALC e ALADI como Zonas de preferências tarifárias.

FIGURA 1 – LINHA DO TEMPO DE ALGUMAS INTEGRAÇÕES REGIONAIS



FONTE: Elaboração própria (2023) a partir de dados da ALADI, ASEAN, BENELUX, EFTA, MERCOSUL, UNIÃO EUROPEIA e *US Department of Commerce*.

Outras Organizações Internacionais (OI) passaram a ganhar popularidade, como é o caso dos BRICS (*Brazil, Russia, China, South Africa*), da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), do G20 (Grupo dos Vinte) e da APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico). Apesar dessas OI possuírem a finalidade de cooperação e a característica multilateral, o poder de atuação delas ou mesmo a intenção de manter uma uniformidade de políticas

econômicas perante o restante do mundo difere dos outros blocos (integrações regionais) mencionados ao longo desse capítulo.

### 2.1.1 Fundos de convergência pelo mundo

A nomenclatura “Fundo de convergência” é principalmente encontrada em duas ocasiões: quando se refere aos fundos da União Europeia e do MERCOSUL, os quais têm como objetivos fundamentais financiar projetos que reduzam disparidades entre seus países-membros, intensificando a integração regional ao estimular o desenvolvimento e crescimento deles. Suas especificações serão apresentadas adiante.

Contudo, pelo mundo é possível encontrar diversos exemplos de fundos com o mesmo intuito de proporcionar desenvolvimento e crescimento de regiões específicas, sem necessariamente estarem inclusos em uma integração regional, bloco econômico ou qualquer acordo comercial.

O Fundo Árabe para Desenvolvimento Social e Econômico (AFESD), por exemplo, é uma instituição financeira criada para promover o desenvolvimento econômico e social dos países árabes. São fornecidos empréstimos tanto para governos quanto empresas, além de proporcionar conhecimentos especializados para o suporte técnico dos projetos priorizados que atendam ao objetivo do Fundo (AFESD, 2022).

Outro exemplo é a Estrutura de Investimento dos Balcãs Ocidentais (*Western Balkans Investment Framework*, WBIF), cuja característica é receber recursos de modo colaborativo da União Europeia, de instituições financeiras, doadores bilaterais e outros beneficiários. A implementação dos investimentos tem sido usada para promoção de transportes sustentáveis, energia limpa e apoio a pequenas e médias empresas, educação e infraestrutura para necessidades digitais. Seu objetivo é reduzir as barreiras entre os países e possibilitar uma futura adesão a União Europeia (WBIF, 2023).

Bancos de desenvolvimento, como o *Asian Development Bank* (ADB) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), têm como seus objetivos a promoção da prosperidade de seus países membros ao conceder empréstimos, assistência técnica e subsídios. Dentro de suas estruturas há fundos específicos para redução da pobreza e melhora da qualidade de vida, a exemplo do *Asian Development*

*Fund* (ADF) associado ao ADB, e para promoção de pequenas e médias empresas como o Fundo Multilateral de Desenvolvimento (FUMIN) do BID (ADB, 2023; BID, 2023).

De volta à Europa, o Fundo de Desenvolvimento Regional Europeu (FEDER) é um instrumento central para coesão na UE. Seu objetivo é reduzir desigualdades relacionadas ao desenvolvimento entre regiões, incentivando o mercado de trabalho e aprofundamento das cooperações inter-regionais. Atualmente, os recursos do FEDER devem estar alocados seguindo prioridades de inovação, pequenas e médias empresas, economia digital e baixa em carbono. Regiões menos desenvolvidas podem ter até 85% dos custos de um projeto financiado pelo FEDER, já em lugares mais desenvolvidos o financiamento pode ser de até 50% do projeto (PARLAMENTO EUROPEU, 2023a).

O Fundo de Coesão, é outro aparato da UE para promover alinhamentos entre seus Estados-Membros. Sua criação foi em 1994, quase vinte anos depois do FEDER, época em que ocorria grande expansão de membros no bloco. Este é um fundo reservado aos países com um Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita inferior a 90% da média da UE. No momento, são 15 países elegíveis para receber o apoio do fundo, o qual está concentrado em investimentos para desenvolvimento sustentável e redes de infraestruturas de transportes (PARLAMENTO EUROPEU, 2023a).

Na América do Sul, destacam-se o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe ou Cooperação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), os quais têm objetivos semelhantes de desenvolvimento econômico e social por meio de operações de crédito e recursos não-reembolsáveis (CAF, 2023; FONPLATA, 2023). Ainda na região, o FOCEM corresponde ao dispositivo de financiamento para maior equilíbrio estrutural entre os membros do MERCOSUL. Para evitar redundâncias, seus detalhes serão expostos nas seções seguintes deste trabalho.

Cabe uma menção à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), a qual estreou as discussões sobre projetos de infraestrutura envolvendo todos os países da América do Sul. A ideia partiu do governo brasileiro no início da década de 2000, com o apoio do BID e possuía um comitê técnico com o FONPLATA e o CAF. A IIRSA foi incorporada pelo Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da União das Nações Sul-americanas (UNASUL) (HONÓRIO, 2017).

A partir das especificações de conceitos e exemplos de casos de integração regional e fundos de convergência é possível compreender onde o MERCOSUL e o FOCEM se encontram hoje. A ideia de fortalecimento de um país via parcerias principalmente comerciais e estruturais com seus vizinhos não é nova, assim como a percepção de que intensificar essas relações enquanto grupo pode trazer benefícios duradouros.

### 3 A HISTÓRIA E O FUNCIONAMENTO DO MERCOSUL E DO FOCEM

O MERCOSUL é um dos grandes exemplos de processo de integração regional na América do Sul. Seu principal objetivo é criar oportunidades de comércio e investimento para fortalecer as economias dos países membros via essa integração, possibilitando relações mais competitivas no mercado internacional (MERCOSUL, 2023c).

O bloco interage ativamente com diversos países e organizações pelo mundo e muitos acordos de caráter comercial e político foram assinados. Sob a perspectiva intrabloco, os acordos se estendem para aspectos sociais, migratórios, trabalhistas e culturais. O FOCEM surge nesse contexto de incorporação de dimensões cidadãs e produtivas nos acordos, os quais refletem as necessidades da população (MERCOSUL, 2015).

#### 3.1 FUNDAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E DESAFIOS DO MERCOSUL

A fundação do MERCOSUL ocorreu em 1991 com o Tratado de Assunção, assinado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Nesse documento constam informações como a data para entrada em vigor em 1994 e o propósito de constituição de um Mercado Comum, que envolve a livre circulação de bens e serviços, eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias, estabelecimento de uma TEC, coordenação de políticas macroeconômicas e harmonização de legislações nos Estados Partes (BRASIL, 1991).

Com a chegada do prazo para seu pleno funcionamento, os Estados Partes assinaram o Protocolo adicional ao Tratado de Assunção, chamado Protocolo de Ouro Preto. Nele definem-se: a estrutura do MERCOSUL, dividida em seis órgãos; a personalidade jurídica de Direito Internacional; o sistema decisório no formato de consenso com a presença de todos os Estados Partes; a aplicação interna das normas; as fontes jurídicas; o sistema de solução de controvérsias; o orçamento, e o idioma (BRASIL, 1996).

Adentrando na estrutura institucional do MERCOSUL, seus órgãos e respectivas funções são os seguintes (BRASIL, 1996; CÂMARA DE DEPUTADOS, 2023; MERCOSUL, 2015):

I. O Conselho de Mercado Comum (CMC). Trata-se do órgão superior do MERCOSUL, responsável por comandar as políticas do processo de integração e por deliberar ações que assegurem o cumprimento dos propósitos do Tratado de Assunção e seus protocolos, que em última análise visam o alcance da posição de mercado comum. Os integrantes desse conselho são os equivalentes de Ministros de Relações Exteriores e Ministros da Economia de cada Estado Parte. A posição de Presidente do Conselho é feita por rotação em ordem alfabética dos países a cada seis meses e as reuniões ocorrem pelo menos uma vez por semestre. As decisões do Conselho, assim que tomadas, passam a ser obrigatórias.

II. O Grupo Mercado Comum. É o órgão executivo, cria os planos de ação para serem propostos para o Conselho. Composto por oito membros por país, devendo incluir os Ministros das Relações Exteriores e Ministros da Economia, bem como os presidentes dos bancos centrais. A quantidade de reuniões por período é definida por Regimento Interno. Suas resoluções são obrigatórias aos Estados Partes.

III. A Comissão de Comércio. É um órgão auxiliar ao Grupo Mercado Comum, seu objetivo é acompanhar e revisar as aplicações dos instrumentos das políticas comerciais comuns, podendo propor mudanças e revisões nas medidas comerciais. Formado por oito membros por país e coordenado pelos Ministérios de Relações Exteriores. A frequência de reuniões é de uma vez ao mês ou quando solicitado pelo Grupo Mercado Comum ou por um Estado Parte. As diretrizes desse órgão são obrigatórias aos países membros.

IV. A Comissão Parlamentar Conjunta ou Parlamento do MERCOSUL. Órgão que representa os Parlamntos de cada Estado Parte. Sua função é de agilizar a entrada em vigor das normas definidas pelos outros órgãos do MERCOSUL, ajudando também na harmonização de legislação. O número de integrantes deve ser o mesmo para cada país e a escolha desses é feita nacionalmente. Diferente dos outros órgãos, este possui relação de coordenação com o Conselho de Mercado Comum e não uma dependência direta. Sua sede é em Montevideú.

V. O Foro Consultivo Econômico-Social. Órgão que representa setores econômicos e sociais de cada país. A quantidade de membros deve ser a mesma por Estado Parte. Sua função é consultiva e leva recomendações ao Grupo Mercado Comum.

VI. A Secretaria Administrativa do MERCOSUL. Órgão de apoio operacional com sede fixa em Montevideú. Presta serviços aos outros órgãos, como publicação e

difusão das decisões. Fica a cargo de um diretor, o qual deve ter nacionalidade de um dos Estados Partes, é eleito pelo Grupo Mercado Comum e designado pelo Conselho do Mercado Comum, com mandato de dois anos e sem possibilidade de reeleição. A Secretaria também é composta pela Unidade Técnica de Estatísticas do Comércio Exterior, Unidade Técnica de Cooperação Internacional, Unidade Técnica de Educação e a Unidade Técnica FOCEM (UTF).

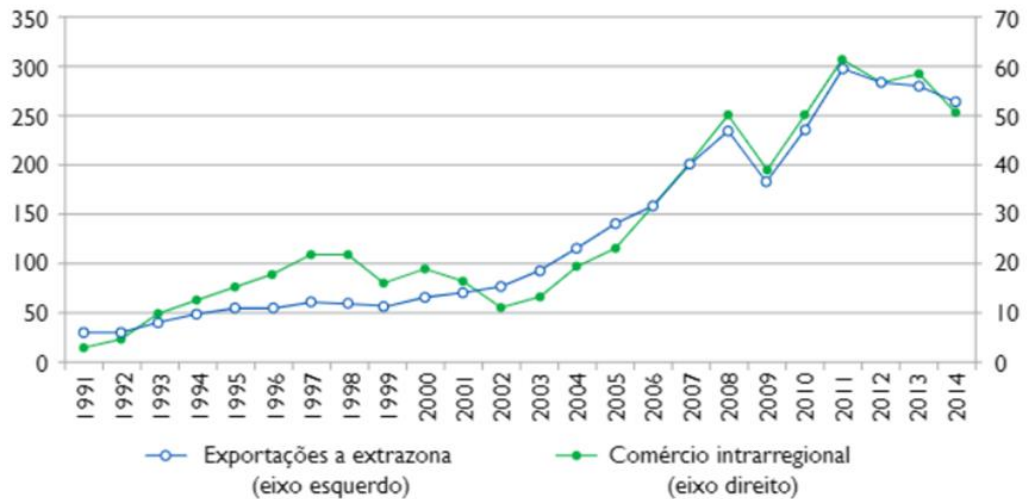
Outros órgãos que também cumprem importantes papéis no bloco foram criados posteriormente, são exemplos: A Comissão permanente de representantes do MERCOSUL, que assessora o Conselho de Mercado Comum e tem sede em Montevideu; o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos, localizado em Buenos Aires; o Tribunal Permanente de Revisão, órgão jurídico do MERCOSUL e o Instituto Social do MERCOSUL, ambos sediados em Assunção (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2023).

O ingresso de novos membros é previsto pelo Tratado de Assunção, desde que o país já seja membro da ALADI. A primeira solicitação de adesão ocorreu em 2006, com o pedido da Venezuela, porém atualmente encontra-se suspensa dos direitos e obrigações dos Estados Partes. Em 2015, a Bolívia fez o pedido e desde então está em processo de adesão (MERCOSUL, 2023d).

Os Estados Associados do bloco são os países da América Latina com os quais o MERCOSUL firma acordos, como na situação da Guiana e do Suriname, e aqueles membros da ALADI que desejem ser associados e tenham acordos de livre comércio assinados com o bloco, podendo participar das reuniões que os interessem. O Chile, a Colômbia, o Equador e o Peru se enquadram nesse último (MERCOSUL, 2023d).

O MERCOSUL, desde sua criação em 1991, aplicou a redução e eliminação de tarifas comerciais (desgravações lineares e automáticas sobre tarifas) para poder se consolidar (MERCOSUL, 2015). Também foi responsável por estimular o comércio entre seus Estados Partes e as exportações desses para o restante do mundo, como mostra o Gráfico 1.

GRÁFICO 1- EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO DO MERCOSUL (BILHÕES DE DÓLARES CORRENTES)



FONTE: MERCOSUL (2015).

O estágio de União Aduaneira exigiu a criação da Nomenclatura Comum para o MERCOSUL (NCM), baseando-se no Sistema Harmonizado de classificação de mercadorias usado globalmente, mas visando atender as necessidades específicas dos Estados Partes e Associados (MERCOSUL, 2015).

Em 1994, a Tarifa Externa Comum (TEC) foi posta em prática e baseia-se na NCM. Ela é definida por uma alíquota aplicada a cada item importado. Há também uma Lista de Exceções, as quais incluem produtos da NCM que temporariamente não estão sob à TEC, eles atualmente são dos setores de bens de capital, bens de informática e telecomunicações, automotivo e açucareiro (MERCOSUL, 2015).

O bloco possui uma agenda focada na integração por diferentes frentes como: I. Integração comercial; II. Integração produtiva; III. integração estrutural; IV. Integração cidadã e social; V. Integração subnacional, que envolve estados federativos, províncias e municípios; VI. Integração educacional; VII. Integração com a América Latina e Caribe (MERCOSUL, 2015).

Em termos de conquistas, o MERCOSUL alcançou a redução de tarifas, a intensificação das cooperações econômicas entre seus Estados Partes, aumentos significativos dos fluxos comerciais, bem como a celebração de diversos acordos extrarregionais. Também se tornou mais robusto em termos institucionais, ao criar por exemplo o Tribunal Permanente de Revisão, Foros consultivos e o Sistema de Pagamentos em Moeda Local. Para a sociedade de forma mais direta, alcançaram-se

facilitações de mobilidade, migração, aposentadoria e regulação de trânsito, sendo possível viajar para países do bloco portando apenas a identidade e ver placas veiculares com a Patente do MERCOSUL (RODRIGUES, 2016).

Porém, o bloco possui muitos desafios, a exemplo da própria integração institucional, estacionada em uma União Aduaneira, a dificuldade na negociação de alguns acordos (e.g. MERCOSUL-União Europeia), as oscilações políticas no comando executivo dos países e principalmente as assimetrias econômicas entre seus Estados Partes. Visando reduzir esse último desafio, o bloco constituiu o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (MERCOSUL, 2023c; RODRIGUES, 2016).

### 3.2. SURGIMENTO DO FOCEM, CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

Com a Decisão do Conselho do Mercado Comum N° 45/04, criou-se o FOCEM em dezembro de 2004. Esse Fundo objetiva o financiamento de projetos que gerem convergência estrutural, concorrência e coesão social, focando especialmente em regiões pouco desenvolvidas, para assim fortalecer a integração regional (FOCEM, 2023c).

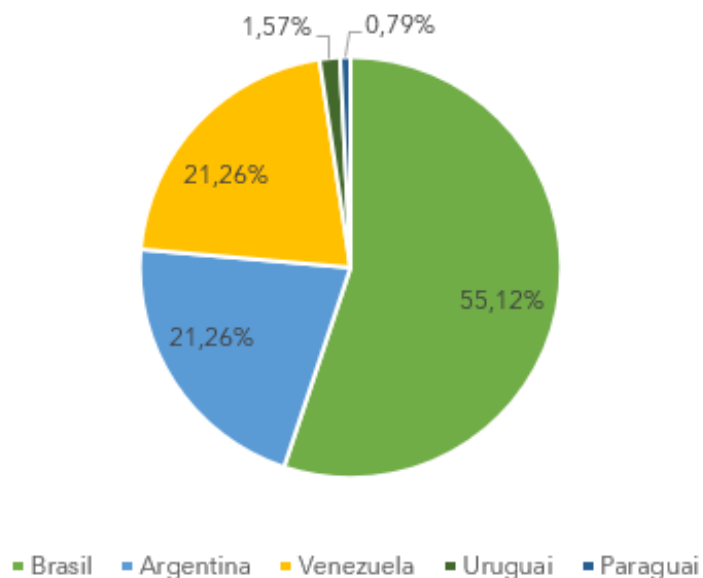
As normas para o seu funcionamento foram definidas em 2005, estabelecendo os quatro tipos de programas a serem desenvolvidos: 1. Programa de convergência estrutural, envolvendo projetos que busquem melhorar a situação estrutural principalmente de economias menores e menos desenvolvidas, focando também em melhorias dos sistemas de integração transfronteiriça e comunicação; 2. Programa de desenvolvimento da competitividade, voltado para projetos que propõem integração de cadeias produtivas, fortalecimento de instituições públicas e privadas quanto a qualidade de produção, pesquisa e desenvolvimentos de produtos e processos produtivos, tudo isso visando facilitar a criação de comércio intra MERCOSUL; 3. Programa de coesão social, reunindo projetos de áreas de saúde, educação, redução da pobreza e desemprego, sobretudo em áreas de fronteira; 4. Programa de fortalecimento da estrutura institucional e do processo de integração, inclui projetos que tenham como principal objetivo fortalecer institucionalmente o bloco e desenvolvê-lo, os resultados desses projetos específicos podem ser financiados igualmente por cada Estado Parte (FOCEM, 2005).

Os aportes para o Fundo, de caráter não reembolsável, podem compor até 85% do valor total do projeto. Eles devem ser feitos em quotas semestrais por cada país e depositados em uma instituição financeira pública dos Estados Partes. O FOCEM também pode receber contribuições de países fora do MERCOSUL e de outras organizações internacionais para financiar seus projetos. O Fundo não tem capacidade de endividamento e possui uma reserva de contingência (FOCEM, 2005).

Em 2018, foi firmado o acordo MERCOSUL-FONPLATA, o qual define o banco de desenvolvimento como o administrador fiduciário do FOCEM. Dessa forma, o FONPLATA presta assistência técnica, fica responsável pela gestão fiduciária e complementação financeira do Fundo (MERCOSUL, 2019).

Na Decisão do Conselho do Mercado Comum N°18/05 ficou estabelecido o montante anual total das contribuições dos Estados Partes em cem milhões de dólares, desse valor 70% advindo do Brasil, 27% da Argentina, 2% do Uruguai e 1% do Paraguai. Em 2012, com a entrada da Venezuela os valores foram alterados, passando para um aporte anual de U\$127 milhões de dólares, dos quais 55,12% vindos do Brasil, 21,26% da Argentina, 21,26% da Venezuela, 1,57% do Uruguai e 0,79% do Paraguai, como indicado no Gráfico 2(FOCEM, 2005, 2021).

GRÁFICO 2 – CONTRIBUIÇÃO ANUAL AO FOCEM POR PAÍS

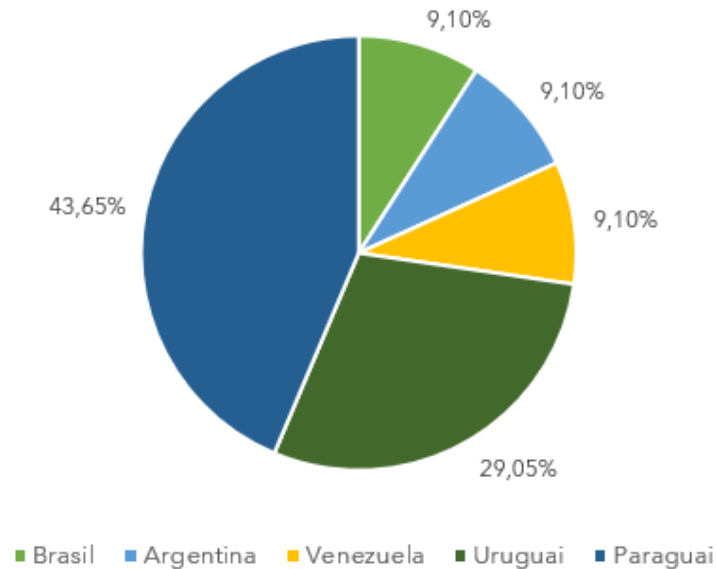


FONTE: FOCEM, 2021.

Quanto à distribuição dos recursos, os seguintes valores são apresentados no Gráfico 3: 43,65% são destinados aos projetos apresentados pelo Paraguai, 29,05% aos projetos apresentados pelo Uruguai, 9,10% aos projetos apresentados pela

Argentina, 9,10% aos projetos apresentados pela Venezuela e outros 9,10% aos projetos apresentados pelo Brasil. Quando não usados em sua totalidade, os valores que sobram são alocados para o ano seguinte (FOCEM, 2021).

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FOCEM POR PAÍS

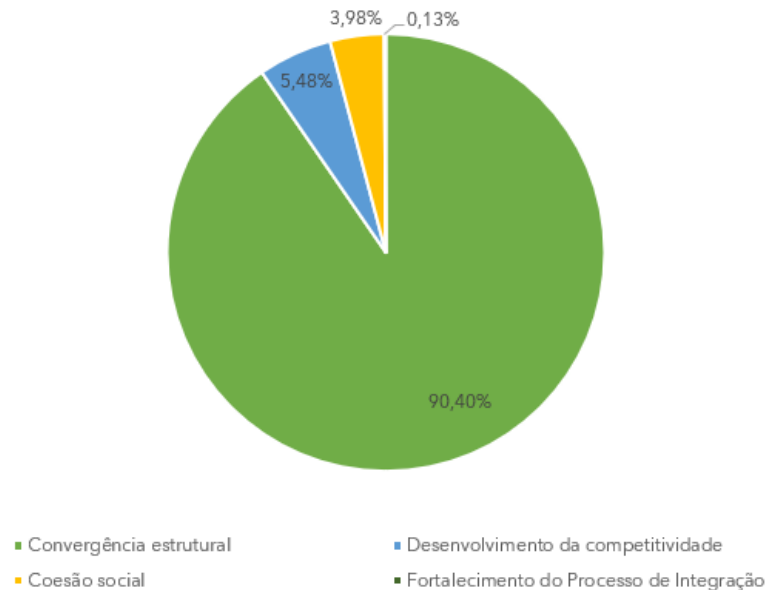


FONTE: FOCEM (2021).

Até maio de 2021, 64% dos recursos do Fundo foram usados para projetos no Paraguai, 28,18% para projetos no Uruguai, 5,28% para projetos na Argentina, 2,31% para projetos no Brasil. O gráfico 4 mostra que 90% dos recursos destinados a todos os projetos são para aqueles enquadrados no programa de Convergência Estrutural (FOCEM, 2021). Tais projetos de infraestrutura somam US\$824 milhões de acordo com o MERCOSUL em números (2023).

Focando no Brasil, é possível calcular que aproximadamente US\$ 700 milhões foram enviados para o Fundo. Isso considerando todos os aportes de 2005 a 2015 junto com a porcentagem de distribuição, os quais o país se comprometeu a pagar e foram aprovados pelo parlamento, corroborando assim para a posição de maior contribuinte.

GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR PROGRAMA DO FOCEM



FONTE: FOCEM (2021).

O regulamento em vigor do FOCEM foi instituído em 2010, especificando por exemplo a administração dos recursos do Fundo, sob responsabilidade da Unidade Técnica FOCEM (UTF). A UTF atua no âmbito da Secretaria do MERCOSUL, acompanhando e avaliando os projetos financiados pelo FOCEM, sendo composta por um corpo técnico advindo de cada Estado Parte e por um Coordenador-Executivo, escolhido pelo Conselho do Mercado Comum a cada dois anos. A nível interno de cada Estado Parte existem as Unidades Técnicas Nacionais (UTNF), encarregadas de coordenar as ações que envolvam os projetos em seus territórios (FOCEM, 2010).

Ainda sob o aspecto institucional, faz parte do FOCEM um Conselho de Administração que verifica o funcionamento e prioridades do Fundo e é organizado pelo Grupo Mercado Comum. O Conselho de representantes permanentes do MERCOSUL também cumpre um papel relevante para o FOCEM, uma vez que são incumbidos de receber os projetos dos Estados Partes, decidir sobre sua elegibilidade, além de apresentar relatórios semestrais ao Conselho de Administração sobre o funcionamento do Fundo. É Organismo executor, que como o nome sugere, deve implementar os projetos, além de solicitar desembolsos e prestar contas por meio das UTNF. O Estado Parte beneficiado que estabelece o Organismo executor de cada projeto (FOCEM, 2010).

A decisão do Conselho do Mercado Comum N°22/15 deu continuidade ao funcionamento do FOCEM e da UTF em 2015, considerando os resultados

“amplamente favoráveis”. O documento estipula a vigência do Fundo por dez anos, sendo necessária uma revisão em 2025 (FOCEM, 2015).

A organização institucional do FOCEM demonstra como os diferentes órgãos do MERCOSUL interagem para viabilizar os projetos e o próprio Fundo. Mesmo que inicialmente o grande foco do bloco fosse econômico/comercial, compreendeu-se depois que havia a necessidade de criação de um mecanismo que enfrentasse os problemas estruturais entre os membros, permitindo assim mais ganhos comerciais, sociais, fortalecimento da cooperação e resposta às influências do restante do mundo.

Percebe-se que algumas regras de funcionamento foram alteradas com o tempo, como no caso da redistribuição das contribuições anuais a partir da adesão da Venezuela e o acordo com o FONPLATA. Na prática, as atualizações e modificações provavelmente continuarão a ocorrer, considerando a iminência da Bolívia como Estado-Parte no MERCOSUL e o uso dos recursos pelos atuais beneficiários.

#### **4 OS PROJETOS FINANCIADOS PELO FOCEM E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Para verificar os projetos e suas contribuições ao MERCOSUL, buscou-se informações nos sites e documentos oficiais do FOCEM. Não foram encontradas pesquisas externas que avaliassem os projetos, dessa forma os resultados compilados nesse capítulo são os apontados pela UTF.

Em 2023, consta no site do FOCEM a quantidade de doze projetos em andamento, quatro com atividades concluídas e trinta e cinco finalizados. É possível visualizar os projetos por país e por áreas temáticas, como “rodovias”, “competitividade” e “institucionais” (FOCEM, 2023a).

A quantidade de projetos por país com resultados oficiais (considerando aqueles finalizados e com atividades concluídas) está descrito nos quadros 1, 2 e 3. São 10 do Paraguai, 9 do Uruguai, 2 da Argentina, 1 do Brasil e um pluriestatal, totalizando 23 projetos. Isso demonstra que há projetos finalizados sem resultados publicados. Os projetos do programa de convergência estrutural, o qual envolve reparação de rodovias, ferrovias, sistema de saneamento e interconexão elétrica, compõem 90% dos recursos do Fundo já utilizados, como também foi indicado no gráfico 4 (FOCEM, 2021).

**QUADRO 1 – PROJETOS FINALIZADOS COM RESULTADOS PUBLICADOS DO PARAGUAI**

PROJETO	PAÍS	PROGRAMA	INVESTIMENTO TOTAL	INVESTIMENTO FOCEM	RESULTADOS
Reabilitação e melhoramento de estradas de acesso e anéis viários de Grande Assunção.	Paraguai	Convergência estrutural	US\$ 27.997.991	US\$ 12.230.839	Redução de custos, acidentes e tempo de transporte. Aumento do comércio.
Recapeamento Asfáltico do Trecho Alimentador da Rota 8, Corredor de Integração Regional, Rota 8 – San Salvador – Borja – Iturbe e Ramal a Rojas Potrero.	Paraguai	Convergência estrutural	US\$ 8.592.532	US\$ 4.902.000	Redução de custos, acidentes e tempo de transporte. Facilitação do comércio de cana-de-açúcar.
Pavimentação asfáltica sobre empedrado do trecho alimentador das Rotas 6 e 7, corredores de integração regional, Presidente Franco - Cedrales	Paraguai	Convergência estrutural	US\$ 7.957.561	US\$ 4.499.695	Redução de custos, acidentes e tempo de transporte. Aumento do comércio.
Pavimentação asfáltica sobre empedrado do trecho alimentador da Rota 2, corredor de integração regional, Itacurubí de la Cordillera – Valenzuela – General Bernardino Caballero.	Paraguai	Convergência estrutural	US\$ 6.066.002	US\$ 3.928.101	Redução de custos, acidentes e tempo de transporte. Facilitação do comércio de abacaxi e cana-de-açúcar.
Recapeamento do trecho Alimentador das rotas 1 e 6, corredores de integração regional, Rota 1 (Carmen del Paraná) – La Paz, Rota Graneros del Sur.	Paraguai	Convergência estrutural	US\$ 4.175.779	US\$ 3.092.751	Redução de custos, acidentes e tempo de transporte. Facilitação do comércio de soja e laticínios.
Construção da Linha de Transmissão 500 kv Itaipu-Villa Hayes, a Sub-Estação Villa Hayes e a Ampliação da Sub-Estação Margem Direita Itaipu.	Paraguai	Convergência estrutural	US\$ 415.364.403	US\$ 305.688.713	Melhoria na estabilidade do Sistema nacional integrado, impactando residências, comércios e indústrias.
Programa de Apoio Integral a Microempresas.	Paraguai	Desenvolvimento da competitividade	US\$ 5.484.038	US\$ 4.144.604	Capacitação de microempresários, fomento do associativismo e operação de um Centro de informações para microempresários.
Desenvolvimento de Produtos Turísticos Competitivos na Rota Turística Integrada Iguazú-Misiones, Atração Turística do MERCOSUL .	Paraguai	Desenvolvimento da competitividade	US\$ 1.360.987	US\$ 979.181	Aumento do número de turistas e de encontros do setor empresarial. Melhora da experiência do visitante e acesso à informação.
MERCOSUL- Habitat de Promoção Social, Fortalecimento de Capital Humano e Social em assentamentos em condições de pobreza.	Paraguai	Coesão social	US\$ 11.814.914	US\$ 5.576.707	Ampliação do centro comunitário, melhoria das moradias. Cumprimento do acesso das famílias à água potável, saúde, educação e subsistência.
MERCOSUL – Roga.	Paraguai	Coesão social	US\$ 13.823.553	US\$ 7.500.000	Eliminação de focos de contaminação, melhoria das condições de saúde, aumento da presença escolar e percepção de segurança.

FONTE: Elaboração própria (2023) a partir de dados do FOCEM (2021).

No Paraguai, identifica-se que a maioria dos projetos finalizados com resultados é do programa de convergência estrutural e o maior investimento foi com o projeto de construção da linha de transmissão elétrica Itaipu-Villa Hayes, cerca de quatro vezes o valor do investimento total somado dos outros projetos.

QUADRO 2 – PROJETOS FINALIZADOS COM RESULTADOS PUBLICADOS DO URUGUAI

PROJETO	PAÍS	PROGRAMA	INVESTIMENTO TOTAL	INVESTIMENTO FOCEM	RESULTADOS
Rota 26 - Trecho Melo - Arroyo Sarandí de Barceló.	Uruguai	Convergência estrutural	US\$ 9.903.268	US\$ 5.179.036	Redução de custos, acidentes e tempo de transporte. Aumento da conectividade.
Rota 12: Trecho de Conexão Rota 54 – Rota 55.	Uruguai	Convergência estrutural	US\$ 6.370.517	US\$ 2.832.930	Redução de custos, acidentes e tempo de transporte. Aumento da conectividade.
Interconexão Elétrica de 500 MW Uruguai-Brasil.	Uruguai	Convergência estrutural	US\$ 126.853.503	US\$ 82.628.210	Otimização dos recursos energéticos da região, facilitando o intercâmbio de excedentes.
Reabilitação da Rota 8 Treinta y Tres – Melo / Trecho I: Km 310 ao Km 338. Trecho II: Km 366 ao Km 393,1.	Uruguai	Convergência estrutural	US\$ 31.257.306	US\$ 22.152.057	Melhoria do transporte rodoviário e interconexão com rodovias brasileiras.
Internacionalização da especialização produtiva - desenvolvimento e capacitação tecnológica dos setores de 'software', biotecnologia e eletrônica e suas respectivas cadeias de valor.	Uruguai	Desenvolvimento da competitividade	US\$ 2.338.278	US\$ 1.274.288	Incremento das exportações e aumento de mercado intra e extra MERCOSUL.
Internacionalização da especialização produtiva - desenvolvimento e capacitação tecnológica dos setores de 'software', biotecnologia e eletrônica e suas respectivas cadeias de valor (2ª etapa).	Uruguai	Desenvolvimento da competitividade	US\$ 3.536.485	US\$ 2.799.002	Incremento e/ou início das exportações e aumento da força de trabalho.
Economia Social de Fronteira.	Uruguai	Coesão social	US\$ 1.712.304	US\$ 1.323.757	Diversos projetos avaliados e assessorados em áreas como produção agrária, pequenas indústrias, comércio e serviços. Criação de contatos com empreendedores e clientes.
Desenvolvimento de Capacidades e Infra-estrutura para Classificadores Informais de Resíduos Urbanos nas Localidades do Interior do Uruguai.	Uruguai	Coesão social	US\$ 2.087.071	US\$ 1.533.337	Alcance de processos de desenvolvimento local, diversos grupos de classificadores organizados em cooperativas e entrega de equipamentos.
Intervenções Múltiplas em Assentamentos Localizados em Territórios de Fronteira com Situações de Extrema Pobreza e Emergência Sanitária, Ambiental e Habitacional.	Uruguai	Coesão social	US\$ 2.042.771	US\$ 1.196.737	Construção de moradias e desenvolvimento de infraestrutura de saúde.

FONTE: Elaboração própria (2023) a partir de dados do FOCEM (2021).

Para o Uruguai, observa-se que o projeto com resultado cujo investimento foi o maior refere-se à interconexão elétrica do país com o Brasil. Assim como no Paraguai, o programa de convergência estrutural é o que utiliza mais recursos.

QUADRO 3 – PROJETOS FINALIZADOS COM RESULTADOS PUBLICADOS DA ARGENTINA

PROJETO	PAÍS	PROGRAMA	INVESTIMENTO TOTAL	INVESTIMENTO FOCEM	RESULTADOS
Vínculo de Interconexão em 132 Kv ET Iberá – ET Paso de los Libres Norte.	Argentina	Convergência estrutural	US\$ 34.250.745	US\$ 23.720.911	Melhorias no sistema de transmissão e conectividade elétrica.
Intervenções integrais nos edifícios de ensino obrigatório nos Departamentos General Obligado, Vera, 9 de Julio, Garay e San Javier – Província de Santa Fé.	Argentina	Coesão social	US\$ 13.416.124	US\$ 8.529.573	Melhorias de saúde e segurança. Maior assiduidade dos alunos e menor taxa de repetência.

FONTE: Elaboração própria (2023) a partir de dados do FOCEM (2021).

A partir da análise dos quadros anteriores, percebe-se que resultados comuns aos projetos de convergência estrutural são as reduções de custos e agilidade no tempo de conexão. O programa de desenvolvimento da competitividade, por sua vez tem projetos que resultaram na capacitação de microempresários, aumento de turistas, assim como incremento das importações e exportações. Os projetos de coesão social verificaram melhorias da saúde e segurança e o acesso a mais serviços.

O projeto “MERCOSUL livre de Febre Aftosa” é o único pluriestatal com resultados publicados. Ele está atrelado ao programa de desenvolvimento da

competitividade e seu objetivo era de coordenar os sistemas sanitários dos países para garantir a saúde agropecuária. Em decorrência dele, houve a construção e reforma de postos de controle, disposição de laboratórios, fornecimento de equipamentos e o aumento de quase 100% de vacinas aprovadas e produzidas (FOCEM, 2021).

O Brasil detém somente um projeto com resultados já observados: “Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Ponta Porã – MS”. Graças a ele houve melhora da qualidade de vida da população local com o tratamento da água, redução da poluição visual e preservação dos corpos hídricos (FOCEM, 2021).

O projeto “Adensamento e Complementação Automotiva no âmbito do MERCOSUL” apesar de concluído, não possui resultados publicados. Todos os projetos atrelados ao Brasil com seus respectivos programas e estado estão resumidos no Quadro 4. Observa-se que três desses projetos são pluriestatais.

QUADRO 4 – PROJETOS DO FOCEM VINCULADOS AO BRASIL

PROJETO	PAÍS	PROGRAMA	ESTADO/SITUAÇÃO
Saneamento Urbano Integrado Aceguá/Brasil e Aceguá/Uruguai	Brasil, Uruguai	Convergência Estrutural	Em andamento
Investigação, Educação e Biotecnologias Aplicadas à Saúde	Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai	Desenvolvimento da Competitividade	Em andamento
Adensamento e Complementação Automotiva no âmbito do MERCOSUL	Brasil	Desenvolvimento da Competitividade	Finalizado
Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Ponta Porã - MS	Brasil	Convergência Estrutural	Finalizado
MERCOSUL Livre de Febre Aftosa – PAMA	Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai	Desenvolvimento da Competitividade	Finalizado

FONTE: Elaboração própria a partir de dados do FOCEM (2023).

Em 2015, o Brasil atrasou suas contribuições ao FOCEM, criando uma dívida com o Fundo, a qual foi quitada em abril de 2023 com o pagamento de US\$99 milhões. O cumprimento desse compromisso possibilita a apresentação de projetos e uso dos recursos destinados ao Brasil, no valor de US\$70 milhões (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, 2023). Os novos projetos devem passar pela avaliação da UTNF, inserida na Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), e pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), formada por representantes do MPO, do Ministério da Fazenda e do Ministério das Relações Exteriores (CASSIANO, 2023).

Não obstante, o Brasil e a Argentina ainda não incorporaram em seus respectivos parlamentos a Decisão CMC nº 22/15, a qual estipula a continuidade do FOCEM com aportes anuais até 2025 (MERCOSUL, 2023a). Diante disso, buscou-se as datas de finalização de projetos com resultados oficiais, via plano de aquisições

(PAC), para tentar observar quais foram concluídos a partir de 2015 e já poderão ser usados para a reavaliação em 2025.

Dos dez projetos com resultados do Paraguai, apenas dois foram finalizados depois de 2015 e um não constava o plano de aquisições. Considerando os nove projetos uruguaios, quatro foram concluídos depois de 2015 e dois deles não continham o plano de aquisição no site do FOCEM. A Argentina apresentou um projeto com resultados depois de 2015, já os dois projetos finalizados do Brasil não têm as datas de conclusão. O projeto pluriestatal concluído não tem um PAC publicado, porém vendo seu Convênio de Financiamento (COF), está estipulado o prazo de 60 meses desde o primeiro desembolso para conclusão, o que indica que ele provavelmente teve fim até 2015, uma vez que a data desse documento era de 2007 (FOCEM, 2023b).

Desse modo, é possível dizer que os resultados oficiais dos projetos do FOCEM são todos positivos. Contudo a maioria deles são anteriores à Decisão do CMC de continuidade do Fundo, o que demonstra que menos projetos tiveram seus resultados desde então e que provavelmente será menor a quantidade a ser reavaliada em 2025.

A possibilidade de acesso a mais documentos e/ou apresentação de mais detalhes sobre cada projeto por parte do FOCEM parece essencial para futuras pesquisas e verificação de resultados, permitindo maior transparência e conhecimento sobre o instrumento.

Outro desafio do FOCEM inclui o valor das contribuições, considerado baixo para conseguir enfrentar os desafios das assimetrias. Para que o Fundo funcione melhor é necessário maior participação da população e comprometimento integracionista do poder executivo (LIMA, 2018).

Em síntese, o FOCEM tem contribuído para a integração regional, possibilitando o financiamento de projetos em áreas chave principalmente nos países menores que tenderiam a não aproveitar tanto os ganhos comerciais advindos dessa união aduaneira. Os projetos ligados à infraestrutura são os mais frequentes e os resultados gerais mostram contribuições direta e indiretamente com o desenvolvimento econômico da região (envolvendo comércio, saúde, educação, acesso a serviços e mobilidade). Contudo, trata-se de resultados apresentados pela UTF, sem contrapartidas externas que os reforcem ou contestem.

É possível que em breve mais projetos e resultados sejam apresentados, o que pode favorecer outros estudos e a verificação de resultados em cada país.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das crescentes mudanças políticas e econômicas globais, a compreensão das integrações regionais e seus instrumentos torna-se relevante. A literatura que a envolve é multidisciplinar, mas neste trabalho focou-se em bibliografias da área econômica, que identificam vantagens advindas dessas integrações, uma vez que cumprem o papel de aproximação comercial e social, ainda que apontem também para a possibilidade de nem sempre serem proveitosas. Os exemplos pelo mundo reforçam o entendimento *mainstream*, com a presença de acordos regionais de comércio (RTA) em todos os continentes (com exceção da Antártida), os quais a OMC monitora.

O MERCOSUL é um exemplo de integração regional que vem colhendo os benefícios desse tipo de organização, como a intensificação das trocas comerciais e incentivo a coesão estrutural via FOCEM. O foco deste trabalho no Fundo, com a apresentação de sua história, seu funcionamento e resultados, exigiu antes a compreensão do que são as integrações regionais e a contextualização do MERCOSUL, que possui diversas inspirações na União Europeia. Em suma, percebeu-se que a existência do FOCEM justifica-se pela necessidade de redução de disparidades estruturais entre os Estados Partes para que todos possam aproveitar os benefícios da integração e a fortaleçam.

Observou-se que, em consonância ao objetivo do Fundo, o Paraguai e o Uruguai são os países que mais têm utilizado seus recursos e os que mais têm projetos e resultados. A atual situação do Brasil frente ao Fundo é de regularização dos pagamentos e possibilidade de uso de recursos para projetos, porém está em atraso com a inclusão da normativa que prevê a continuidade do FOCEM. Enquanto maior economia do bloco, é também o país que envia mais aportes.

Os projetos do programa de convergência estrutural são o principal enfoque do FOCEM. A avaliação dos projetos que têm resultados é integralmente satisfatória, com benefícios ligados a redução de custos, facilitações comerciais e melhoria em áreas como saúde e segurança. Contudo, os resultados são baseados apenas na UTF, a qual mesmo sendo a fonte oficial pode não apresentar de forma completa as implicações dos projetos.

A situação do Fundo a partir de 2025, ano marcado para reavaliação, parece incerta. Isso porque o Brasil e a Argentina ainda não incorporaram em seus

ordenamentos jurídicos a renovação do FOCEM de 2015, assim como há poucos resultados novos publicados desde o ano da Decisão do CMC. Desse modo, percebeu-se que para o pleno funcionamento do Fundo são necessários esforços técnicos e políticos.

## REFERÊNCIAS

ADB. Who we are. Mandaluyong, 2023. Disponível em: <<https://www.adb.org/who-we-are>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

AFESD. About AFESD. 2022. Disponível em: <<https://www.arabfund.org/Default.aspx?pageld=10&mid=21>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

ALADI. O que é ALADI? Montevideo, 2021. <<https://www.aladi.org/sitioaladi/language/pt/o-que-e-a-aladi/>>. Acesso em: 24 maio 2023.

ALMEIDA, P. R. O Brasil e os blocos regionais: soberania e interdependência. **São Paulo em perspectiva**, v.16, n.1, p. 3-16, jan./mar. 2002. Disponível em: <[http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v16n01/v16n01\\_01.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v16n01/v16n01_01.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ASEAN. About ASEAN. Jakarta, 2020. Disponível em: <<https://asean.org/about-asean>>. Acesso em: 25 maio 2023.

BALASSA, B. **The theory of economic integration**. Nova Iorque: Roulledge, 1961.

BENELUX. Benelux Union. Bruxelas, 2023. Disponível em: <<https://climate.benelux.int/knowledge-hub/national-governments/benelux-union>>. Acesso em: 22 maio 2023.

BID. Sobre o BID. 2023. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt-br/quem-somos/sobre-o-bid>>. Acesso em: 10 ago. 2023

BRASIL. Decreto nº 1901, de 09 de maio de 1996. Promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL (Protocolo de Ouro Preto), de 17 de dezembro de 1994. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 maio 1996. Seção 1, p. 8009. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1901.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1901.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 350, de 21 de novembro de 1991. Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (TRATADO MERCOSUL). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 nov. 1991. Seção 1, p. 26443. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0350.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0350.htm)> . Acesso em: 15 jun. 2023.

BUTORINA, O; BORKO, Y. Benefits of Regional Integration: Redefining the Concept. **Herald of the Russian Academy of Sciences**, v.92, n.2, p.S105-S112, 2022. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1134/S1019331622080020>>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CAF. Sobre CAF. 2023. Disponível em: <<https://www.caf.com/pt/sobre-a-caf/>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Brasília, 2023. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoesmistas/cpcms/oqueeomercosul.html/copy\\_of\\_perguntas.html](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoesmistas/cpcms/oqueeomercosul.html/copy_of_perguntas.html)>. Acesso em: 21 mar. 2023.

CASSIANO, Bruno. **Perguntas sobre o Focem**. Mensagem recebida por <luizaargenta.la@gmail.com> em 03 out. 2023.

FOCEM. 15 anos construindo integração. Montevideu, 2021. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/documento/focem-15-anos-construindo-integracao/>>. Acesso em: 07 abr. 2023.

FOCEM. Apresentação de projetos. Montevideu, 2023a. Disponível em: <<https://focem.mercosur.int/pt/presentacion-projetos/>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

FOCEM. Integração e funcionamento do Fundo para a Convergência Estrutural e fortalecimento da estrutura institucional do MERCOSUL, DEC.CMC N°18/05. Assunção, 2005. Disponível em: <<https://focem.mercosur.int/pt/norma/integracao-e-funcionamento-do-fundo-para-a-convergencia-estrutural-e-fortalecimento-da-estrutura-institucional-do-mercosul/>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FOCEM. MERCOSUL Livre de Febre Aftosa – PAMA. 2023b. Disponível em: <<https://focem.mercosur.int/pt/projeto/mercosul-livre-de-febre-aftosa-pama/>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FOCEM. O que é FOCEM. Montevideu, 2023c. Disponível em: <<https://focem.mercosur.int/pt/o-que-e-focem/>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

FOCEM. Regulamento do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL, DEC. CMC N° 01/10 (texto actualizado). San Juan, 2010. Disponível em: <<https://focem.mercosur.int/pt/norma/regulamento-do-fundo-para-a-convergencia-estrutural-do-mercosul-2/>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FONPLATA. Institucional. 2023. Disponível em: <<https://www.fonplata.org/pt/institucional>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

FRENKEL, F. A; ROMER, D. Does trade cause growth? **The American Economic Review**, Nashville, v. 89, n. 3, p. 379-399, junho 1999.

HONÓRIO, K. IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana. **Observatório de Regionalismo**. 2017. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/glossary/iniciativa-para-a-integracao-da-infraestrutura-regional-sulamericana-iirsa/>>. Acesso em: 26 out. 2023.

KRUGMAN, P; OBSTFELD, M; MELITZ, M. **Economia Internacional**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

LIMA, M. K. M. **O FOCEM como instrumento de redução de assimetrias: a importância do financiamento brasileiro**. 2018. 99 f. Trabalho de conclusão de curso

(Bacharelado em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

LUZ, R. **Relações Econômicas Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MERCOSUL. Acordo MERCOSUL-FONPLATA. Montevideu, 2019. <<https://www.mercosur.int/pt-br/acordo-mercosul-fonplata/>>. Acesso em: 04 set. 2023.

MERCOSUL. Continuidade do funcionamento do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL: detalhes da normativa. Montevideu, 2023a. Disponível em: <<https://normas.mercosur.int/public/normativas/3144>>. Acesso em: 29 set. 2023.

MERCOSUL. MERCOSUL: Estrutura e agendas. Montevideu, 2015. Disponível em: <[https://issuu.com/divulgacionmercosur/docs/mercosur\\_acade\\_\\_mico\\_final\\_pt\\_web](https://issuu.com/divulgacionmercosur/docs/mercosur_acade__mico_final_pt_web)>. Acesso em: 21 mar. 2023.

MERCOSUL. O que é o MERCOSUL?. Montevideu, 2023b. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

MERCOSUL. Objetivos do MERCOSUL. Montevideu, 2023c. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/objetivos-do-mercosul/>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

MERCOSUL. Países do MERCOSUL. Montevideu, 2023d. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercosul/>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

MILANOVIC, B. **Global inequality**: a new approach for the age of globalization Cambridge: Harvard University Press, 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Estrutura institucional. 2023. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/brasaladi/assuntos/mercosul-1/estruturainstitucional#:~:text=O%20Mercosul%20comp%C3%B5e%20de,C%20CM\)%20incumbida%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20dos](https://www.gov.br/mre/pt-br/brasaladi/assuntos/mercosul-1/estruturainstitucional#:~:text=O%20Mercosul%20comp%C3%B5e%20de,C%20CM)%20incumbida%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20dos)>. Acesso em: 22 ago. 2023.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. MPO e MRE divulgam nota conjunta informando o pagamento de R\$ 526 milhões a organismos internacionais em 2023. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/mpo-e-mre-divulgam-nota-conjunta-informando-o-pagamento-de-r-526-milhoes-a-organismos-internacionais-em-2023>>. Acesso em: 25 set. 2023.

PARLAMENTO EUROPEU. Fundo de coesão. 2023a. Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/96/fundo-de-coesao>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PARLAMENTO EUROPEU. Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). 2023b. Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/95/el-fondo-europeo-de-desarrollo-regional-feder->>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RICHARD, Y. Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas. **Confins: revista franco-brasileira de geografia**, Aubervilliers/São Paulo, n. 20, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/confins.8939>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

RODRIGUES, B. MERCOSUL: 25 anos de avanços e desafios. **Núcleo de estudos internacionais Brasil-Argentina**, Rio de Janeiro, v. 5, p.1-18, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/27486>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

RODRIK, D. **Straight talk on trade**: Ideas for a sane world economy. Princeton: Princeton University Press, 2018.

RUIZ, J. **Las teorías de la integración regional: más allá del eurocentrismo**. Bogotá: Universidad Cooperativa de Colombia Centro de Pensamiento Global, 2018.

UNIÃO EUROPEIA. História da UE. 2023. Disponível em: <[https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu\\_pt](https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu_pt)>. Acesso em: 21 maio 2023.

US DEPARTMENT OF COMMERCE. North American Free Trade Agreement (NAFTA). Washington, 2023. Disponível em: <<https://www.trade.gov/north-american-free-trade-agreement-nafta>>. Acesso em: 25 maio 2023.

VERHOOGEN, E. A. Trade, quality upgrading, and wage inequality in the mexican manufacturing sector. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 123, n. 2, p.489–530, maio 2008.

VINER, J. **The Customs Union Issue**. Nova York: Oxford University Press, 1950.

WBIF. What we do. Bruxelas, 2023. Disponível em: <<https://www.wbif.eu/what-we-do>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

WTO. What is the WTO? Genebra, 2023. Disponível em: <[https://www.wto.org/english/thewto\\_e/whatis\\_e/whatis\\_e.htm](https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/whatis_e.htm)>. Acesso em: 12 abr. 2023.